

Salvador - Bahia, 27 de Março de 2023.

Ao
BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO/2022

Prezados(as) Senhores(as),

Em cumprimento à IN 54 de 07/12/2020 do BCB, encaminhamos as V.Sas., o documento 9010:

- RELATÓRIO DA DIRETORIA SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E OS PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO;
- RAI - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:
 - Balanço;
 - Demonstração do Resultado;
 - Demonstração do Resultado Abrangente;
 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- NOTAS EXPLICATIVAS.

Declaramos nossa responsabilidade quanto ao conteúdo dos documentos contidos nos arquivos citados acima.

Atenciosamente,

AFONSO HENRIQUE
QUINTEIRO
MARTINS:05538139514

Assinado de forma digital por AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS:05538139514
DN: cn=AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB, ou=CP-FRASE, ou=AC SERASA RFB, ou=134717470001170, ou=PRESENCIAL, cn=AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.30 14:44:48 -0300'

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO
CNPJ/MF nº 48.584.954/0001-15
AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS - Diretor Presidente
CPF/MF nº 055.381.395-14



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO**, CNPJ/MF nº 48.584.954/0001-15, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Sociedade de Crédito mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da **DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO**, poderão ser examinados através do balanço patrimonial, Demonstração de Resultados Abrangentes, das demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das notas explicativas.

Em conformidade com legislação em vigor, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Salvador - Bahia, 27 de Março de 2023.

Atenciosamente,

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514

Assinado de forma digital por AFONSO
HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:52:37 -03'00'

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO
AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS - Diretor Presidente
CPF/MF nº 055.381.395-14



DGB CREDIT

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da
DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 1, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 não estão sendo apresentadas de forma comparativa com 31 de dezembro de 2021, pois estas foram preparadas para fins regulatórios perante o BACEN e devido ao registro no CNPJ da Sociedade ter ocorrido em 10 de novembro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de ativos financeiros

Porque é um PAA

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de títulos e valores mobiliários para negociação são substancialmente compostos por aplicações em cotas de fundos de investimentos e originou a maior parte da receita da entidade, por isso firmam incluídos como foco de nossa auditoria função da relevância.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação a mensuração dos ativos financeiros, destacamos a aplicação dos seguintes procedimentos de auditoria: (i) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos da norma em vigor; (ii) Atualização do nosso entendimento sobre a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as principais premissas adotadas pela administração, bem como a realização de comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos a valorização de determinadas operações e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas, considerando as demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091331/O-5

GEYSA BENDORAYTES E SILVA:07625210740
Assinado de forma digital por GEYSA BENDORAYTES E SILVA:07625210740
Dados: 2023.03.29 20:09:39 -03'00'

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO

CNPJ: 48.584.954/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	31/12/2022
CIRCULANTE		2.979
DISPONIBILIDADES		-
Dep bancarios	b.2	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3	1.979
Títulos e valores mobiliários		1.979
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.000
Créditos Vinculados Banco Central		1.000
		-
NÃO CIRCULANTE		
PERMANENTE		17
INTANGIVEL	b.7	17
Software		17
(-)Software		-
TOTAL DO ATIVO		2.996

AFONSO HENRIQUE
QUINTEIRO
MARTINS:05538139514Assinado de forma digital por
AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:47:05 -03'00'AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 055.381.395-14ROBSON DE CASSIO
RODRIGUES
FILHO:52030130630Assinado de forma digital por
ROBSON DE CASSIO RODRIGUES
FILHO:52030130630
Dados: 2023.03.31 11:52:44 -03'00'ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO
Reg. No CRC - MG Sob no 041897/O-2
CPF - 520.301.306-30

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO**CNPJ: 48.584.954/0001-15****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2022

Valores em R\$ 1.000

P A S S I V O	NE	31/12/2022
CIRCULANTE		2
OUTROS PASSIVOS	5	2
Diversas		2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	2.994
Capital:		2.000
Aumento de Capital		1.000
Lucro/(Prejuízo) acumulado		(6)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.996

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514Assinado de forma digital por AFONSO
HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:44:36 -03'00'AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 055.381.395-14ROBSON DE CASSIO
RODRIGUES
FILHO:52030130630Assinado de forma digital por
ROBSON DE CASSIO RODRIGUES
FILHO:52030130630
Dados: 2023.03.31 11:52:58 -03'00'ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO
Reg. No CRC - MG Sob no 041897/O-2
CPF - 520.301.306-30**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO**CNPJ: 48.584.954/0001-15****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em R\$ 1.000

	NE	31/12/2022
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(6)
Processamento de Dados		(2)
Serviços Técnicos Especializados		(4)
RESULTADO OPERACIONAL		(6)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(6)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(6)

Nº de ações:
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$

2.000.000
(0,003)

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514

Assinado de forma digital por AFONSO
HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:43:27 -03'00'

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 055.381.395-14

ROBSON DE CASSIO
RODRIGUES
FILHO:52030130630

Assinado de forma digital por
ROBSON DE CASSIO RODRIGUES
FILHO:52030130630
Dados: 2023.03.31 11:53:21 -03'00'

ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO
Reg. No CRC - Sp Sob no 041897/O-2
CPF - 520.301.306-30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO

CNPJ: 48.584.954/0001-15

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em R\$ 1.000

2022

RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (6)

RESULTADO ABRANGENTE (6)

RESULTADO ABRANGENTE TOTAL (6)

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514

Assinado de forma digital por AFONSO
HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:49:53 -03'00'

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 055.381.395-14

ROBSON DE CASSIO
RODRIGUES
FILHO:52030130630

Assinado de forma digital por
ROBSON DE CASSIO RODRIGUES
FILHO:52030130630
Dados: 2023.03.31 11:53:45 -03'00'

ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO
Reg. No CRC - MG Sob no 041897/O-2
CPF - 520.301.306-30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO**CNPJ: 48.584.954/0001-15****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em R\$ 1.000

Semestre de 01/07/2022 a 31/12/2022

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/2022			-
Capital social	2.000		2.000
Aumento de Capital	1.000		1.000
Prejuízo do semestre/exercício		(6)	(6)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/2022	3.000	(6)	2.994
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	3.000	(6)	2.994

AFONSO HENRIQUE
QUINTEIRO
MARTINS:05538139514Assinado de forma digital por
AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:48:55 -03'00'

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 055.381.395-14ROBSON DE CASSIO
RODRIGUES
FILHO:52030130630Assinado de forma digital por
ROBSON DE CASSIO RODRIGUES
FILHO:52030130630
Dados: 2023.03.31 11:54:04 -03'00'

ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO
Reg. No CRC - MG Sob no 041897/O-2
CPF - 520.301.306-30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO

CNPJ: 48.584.954/0001-15

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em R\$ 1.000

31/12/2022**Fluxos de caixa das atividades operacionais**

Prejuízo do semestre/exercício (6)
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:
Depreciação e amortização -

Lucro Líquido Ajustado (6)

Variações nos Ativos (2.979)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e Inst. Financ. Der (1.979)
(Aumento)/Redução em Créditos vinculados (1.000)

Variações nos Passivos 2
Aumento/(Redução) em outras obrigações 2

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (2.983)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Compra de ativo imobilizado (17)

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos (17)

Fluxo de Caixa das atividades de financiamento
Capital Social integralizado 2.000
Aumento de capital 1.000

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos 3.000
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa -

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/Exercício -**Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/Exercício -**

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO Assinado de forma digital por AFONSO
MARTINS:05538139514 HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:47:54 -03'00'

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 055.381.395-14

ROBSON DE CASSIO RODRIGUES Assinado de forma digital por ROBSON DE
FILHO:52030130630 CASSIO RODRIGUES FILHO:52030130630
Dados: 2023.03.31 11:54:27 -03'00'

ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO
Reg. No CRC - MG Sob no 041897/O-2
CPF - 520.301.306-30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A DGB Credit S.A. - Sociedade de Crédito Direto, fundada em 29 de dezembro de 2021, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, e registrada na Receita Federal do Brasil em 10 de novembro de 2022.

Tem por objeto social operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; e a emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 8º, da Resolução CMN nº. 4818/20, declara de forma explícita e sem reserva, que as demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 03 de março de 2023.

b. Descrição das práticas contábeis

b.1. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se critérios “pro-rata” dia para aquelas de natureza financeira.



b.2. Disponibilidades

As disponibilidades, são representadas por caixa e equivalente de caixa em moeda nacional e/ou estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b.3. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

b.4. Instrumentos financeiros

b.4.1. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

b.5. Ativo e Passivo circulante

Ativos circulantes - são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.6. Ativo e Passivo circulante e não circulantes

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.7. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição, e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens e, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária sendo: 10% a.a. p/ Moveis e Equipamentos de Uso. O intangível está representado por Software, sendo amortizados a alíquota de 20% a.a.

b.8. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

Não há no momento ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a Sociedade.



b.9. Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve resultados não recorrentes.

b.10. Impostos de renda, contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, estão comparados entre o valor de custo e o valor de mercado, e a classificação por vencimentos estava assim representada:

	31/12/2022			
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Mercado	Custo
Carteira Própria	-	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	1.979	-	1.979	1.979
Total	1.979	-	1.979	1.979

4. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022
Diversas	2
Total	2

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social de R\$ 2.000, está representado por 2.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no país.

b. Aumento de Capital

Em 20/12/2022 a Diretoria deliberou uma Assembleia geral Extraordinária pelo aumento de capital no montante de 2.000, mediante a aprovação do Banco Central do Brasil.

c. Destinações do lucro

O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- I. Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 5%, observadas as disposições legais aplicáveis.
- II. O saldo, se houver, deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a proposta submetida pela administração.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve destinações do lucro pois a sociedade apresentava prejuízo.

d. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não despendeu remuneração às pessoas chave da Administração.

6. RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

7. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

8. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020 do Banco Central do Brasil.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2022 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.

Salvador - Bahia, 27 de Março de 2023.

AFONSO HENRIQUE
QUINTEIRO
MARTINS:05538139514

Assinado de forma digital por
AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO
MARTINS:05538139514
Dados: 2023.03.29 16:35:54
-03'00'

DGB CREDIT S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO

AFONSO HENRIQUE QUINTEIRO MARTINS - Diretor Presidente
CPF/MF nº 055.381.395-14

ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO

CPF/MF nº 520.301.306-30
Registro CRC/MG nº 041897/O-2



DGB CREDIT